

motor indispensável de modernização política, económica e social de Portugal. Paul Deroulède, no último quartel de Oitocentos, na França da III República, proclamara que se podia ser democrata sem ser parlamentarista. Proclamara a possibilidade doutrinária de uma democracia autoritária (comparável, *mutatis mutandis*, ao presidencialismo norte e sul-americano). Os republicanos viriam a ser bastante contaminados por este desiderato, apesar de nunca o terem assumido completamente, salvo em raros e efémeros episódios — a governação de Pimenta de Castro com a cumplicidade de Manuel de Arriaga e a *República Nova* de Sidónio Pais⁷ —, mas sempre patente, desde o manifesto de 1890 do Partido Republicano Português (PRP) a configurar um partido único de vanguarda revolucionária até à *praxis* do PRP/Partido Democrático liderado por Afonso Costa (1911-1918). João Franco esboçou sinais de que lhe agradaria esse caminho, mas não tinha perfil psicológico, nem bojo ideológico suficiente, nem tão-pouco um bloco coerente de apoio que o impulsionassem decididamente por aí.

Uma terceira e última nota para sublinhar que as razões apontadas por Rui Ramos para o fracasso do suposto reformismo liberal são muito específicas, insuficientes e perdem-se no universo multifactorial (político, social, económico, psicológico,

religioso, etc.) que entretece dinamicamente o processo histórico e para a explicação do qual se inventaram as noções operatórias de estrutura e de conjuntura, que, em nossa opinião, permanecem úteis, se bem usadas. Com efeito, há múltiplos factores estruturais e conjunturais que não podem deixar de ser tidos em conta e daí que nos pareça indispensável evoluir para uma síntese operativa dos aspectos articuláveis e complementares de diferentes apegas — a narrativa como base da história compreensiva praticada por Rui Ramos e outros historiadores; a historiografia total orientada para o político por René Rémond e seus colaboradores; a «erudito-metódica», utilíssima, se aplicada apenas à heurística e à crítica rigorosa das fontes. Não se trata, obviamente, de uma receita, mas de uma prevenção teórico-metodológica global face à quase intangível complexidade do humano e do social.

ARMANDO MALHEIRO DA SILVA

Stephen Syrett, Contemporary Portugal. Dimensions of Economic and Political Change, Ashgate, Hampshire, UK, 2000.

É sempre refrescante ler estudos de especialistas estrangeiros sobre o

⁷ V. Armando B. Malheiro da Silva, *Sidónio e Sidonismo: História e Mito*, dissertação de doutoramento, 2 vols., Braga, Universidade do Minho, 1997.

nosso país. Quando esse trabalho é rigoroso e bem documentado, pode mesmo chegar a dar contributos inesperados e muito relevantes numa matéria que por cá se supõe bem conhecida. O presente livro, sobre alguns aspectos do recente desenvolvimento português, é uma colectânea de textos de vários autores, produto de uma conferência organizada pela School of Social Sciences da Middlesex University, e cai, evidentemente, nesta categoria.

O tema central da conferência e do volume é, já de si, desafiante. Trata-se de tentar analisar um caso de «dramática mudança social» (p. 1), aquele que Portugal sofreu nos últimos vinte e cinco anos. Assim, o livro nasce de um espanto. «Mudanças fundamentais que noutros países europeus se realizaram ao longo de meio século ou mais foram comprimidas em pouco mais de duas décadas» (*ibid.*). Este espanto, só por si, vale como um contributo precioso entre nós. Quem viveu a mudança e lhe suportou os custos tem tendência para menosprezar as realizações e empolar as ameaças. Olhar pelos olhos de outros traz assim um novo prisma que, neste caso, é mesmo muito informativo.

O primeiro capítulo de síntese e enquadramento, da autoria do editor professor Stephen Syrett, é o único de natureza global, colocando os termos da questão de forma clara e sólida. Bem documentado, o capítulo traça um quadro breve das realizações e perspectivas do último quarto de século português. Ao lê-lo, nota-se

logo um dos melhores aspectos do livro, a ausência dos habituais preconceitos que os analistas nacionais incluem sempre nas suas análises.

Nem sempre esses velhos preconceitos portugueses estão ausentes, até porque os vários autores procuram citar estudos, especialistas e até notícias de jornais portugueses. Mas sente-se um esforço de objectividade e um olhar novo e rigoroso que tantas vezes falta em textos demasiado envolvidos. Esta atitude tem também o seu reverso. Existe frequentemente um claro menosprezo pela realidade nacional anterior às mudanças recentes. Portugal é visto como um país miserável e lateral, que só recentemente acordou para o progresso.

O grande interesse deste volume está, sem dúvida, na elevada exigência analítica que presidiu à sua concepção. Sem ligar a ideias feitas ou impressões vagas, como tantas vezes acontece entre nós, a maioria das reflexões parte de dados objectivos, estatísticas fiáveis e factos concretos. Este juízo, válido para todo o livro, tem maior justeza em algumas partes e deve ser relativizado noutras. Os capítulos sobre desenvolvimento regional (cap. 3), também de Stephen Syrett, sobre turismo, de Allan Williams (cap. 4), e migração, de Martin Eaton (cap. 5), são aqueles em que se sente mais esta exigência; nos trabalhos sobre a história da integração europeia, de David Corkill (cap. 2), e os meios de comunicação social, de Helena Sousa (cap. 6), é onde isso é menos visível.

O livro, depois da introdução e enquadramento (cap. 1), segue com um estudo da história da integração portuguesa na economia no pós-guerra (cap. 2). Embora comece por dizer que «é errado desprezar o Portugal pré-1960 como simplesmente ‘periférico’, ‘subdesenvolvido’ e ‘dependente’» (p. 25), é isso precisamente que o texto faz. Começando a análise na adesão à EFTA, em 1959, esquece a participação no Plano Marshal, na OECE e outras instituições prévias. Assim, o passo decisivo de 1959 fica inexplicado. O estudo das quatro fases em que divide o período posterior, até à plena integração na CEE, é objectivo e informativo, embora mais no campo europeu.

Os restantes capítulos são temáticos, tratando de algumas «dimensões da mudança económica e política», como avisa o título. As dimensões escolhidas são o desenvolvimento regional (cap. 3), o turismo (4), as migrações (5), a liberalização dos *media* e telecomunicações (6), o ambiente (7) e a mudança do sistema político a nível nacional (8) e local (9). O volume termina com uma breve avaliação das perspectivas para o século XXI pelo professor David Corkill (10).

A qualidade das análises realizadas é sempre elevada, fornecendo descrições sólidas e perspicazes desses temas. Em alguns casos, como no já referido capítulo sobre desenvolvimento regional (cap. 3) e sobre ambiente, do professor Carlos Pereira da Silva (cap. 7), o nível do estudo

é mesmo superior. Mas também nos outros temas a qualidade média é muito elevada, ficando-se com um quadro bem delineado e informativo sobre a realidade portuguesa que é difícil encontrar entre nós.

O livro tem também alguns pontos fracos. Se o tratamento do processo de liberalização da comunicação social é muito relevante e está bem analisado no capítulo 6, de Helena Sousa, é um pouco estranho vê-lo combinado com a liberalização das telecomunicações. É também pena que o excelente capítulo sobre mobilidade do trabalho (cap. 5) seja forçado a terminar a sua análise estatística em 1997, perdendo de vista o recente fenómeno da imigração do Leste da Europa, que o texto refere, mas não analisa.

Mas a falha mais grave é a completa ausência de tratamento dos problemas da educação, saúde, justiça e outros sectores sociais, que o capítulo 1 identifica como centrais e carentes. Isto é grave se comparado com a larga atenção dada aos aspectos político-institucionais, com dois excelentes textos sobre poder central (cap. 8, de Richard Robinson) e local (cap. 9, de Carlos Nunes Silva). É também imperdoável o erro de nomear o sucessor de Cavaco Silva à frente do PSD como «Franco Nogueira» (p. 193).

O texto final, dirigido às perspectivas, faz um balanço dos «desafios da maturidade», do «desafio europeu» e dos «desafios estruturais». É um texto sóbrio, sério e equilibrado de David Corkill, uma forma excelente de terminar este livro válido e

informativo sobre o notável processo recente da sociedade portuguesa.

JOÃO CÉSAR DAS NEVES

Maria Alice Samara, Verdes e Vermelhos. Portugal e a Guerra no Ano de Sidónio Pais, Editorial Notícias, 2002, 226 páginas.

O movimento operário foi o grande protagonista da historiografia portuguesa da década de 1970; durante a década seguinte, os historiadores abriram espaço para outras preocupações. Este livro de Maria Alice Samara, originalmente uma tese de mestrado orientada por Nuno Severiano Teixeira, recupera agora o interesse pelo papel das organizações de trabalhadores nos processos políticos do mundo contemporâneo e, neste caso concreto, no acesso ao poder de Sidónio Pais e nos problemas de governação com que o presidente se viu confrontado. Como assinala a própria autora, «O sidonismo e o movimento operário» já tinha sido objecto de estudo central de um livro de António José Telo, a quem presta homenagem, e ocupou também as reflexões de Manuel Villaverde Cabral, Fernando Medeiros ou José Pacheco Pereira, entre outros. Não obstante, e apesar da proximidade do objecto e da renúncia da auto-

ra a tornar explícitas as suas diferenças para com a historiografia anterior, *Verdes e Vermelhos* surge-nos como um livro autónomo que revela uma notável mudança na evolução historiográfica. Um pouco mais à frente analisaremos as virtudes e fragilidades deste novo rumo.

O livro divide-se em duas partes. A primeira coloca em cena os protagonistas do momento político — dirigentes, partidos, militares e organizações operárias — e traça um panorama dos assuntos que estavam em jogo: a guerra e o descontentamento militar, o fracasso da *União Sagrada*, o problema das subsistências e o confronto entre democráticos e sindicalistas.

A segunda parte centra-se no período sidonista propriamente dito. Em primeiro lugar, relata o papel do movimento operário no golpe do 5 de Dezembro, as suas reivindicações, a sua busca de reconhecimento institucional e, durante o ano de 1918, a progressiva ruptura entre a União Operária Nacional e a República Nova, detendo-se com minúcia na organização da greve geral de Novembro desse ano, o seu desenvolvimento e consequências. De seguida, debruça-se sobre o próprio bloco sidonista e examina os eixos da sua política social-assistencial, o seu medo da desordem pública, as medidas que tomou para manter as rédeas do poder e, finalmente, o processo de desagregação das suas bases de apoio, que precedeu o assassinato do presidente.